

FEIRA LIVRE E FEIRA AGROECOLÓGICA COMO CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SÃO MIGUEL-RN DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 (2021–2022)

Vanessa da Silva Oliveira - <https://orcid.org/0000-0001-5985-3575>¹

Boanerges de Freitas Barreto Filho - <https://orcid.org/0000-0003-1777-3520>²

RESUMO: O presente artigo analisa os impactos da pandemia de COVID-19 sobre dois importantes canais de comercialização da agricultura familiar no município de São Miguel-RN: a feira livre e a feira agroecológica. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em levantamento bibliográfico, análise de dados secundários e pesquisa de campo realizada junto aos feirantes que comercializam produtos da agricultura familiar nesses mercados. Foram aplicados questionários estruturados, além de registros fotográficos das atividades comerciais. Os resultados indicam que as medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação do vírus provocaram alterações significativas na dinâmica de funcionamento das feiras, afetando diretamente a comercialização da produção agrícola local. Observou-se redução no volume de vendas, perdas de produtos perecíveis, diminuição da renda proveniente da atividade e redução da força de trabalho envolvida nos processos produtivos e comerciais. Diante desse cenário, os agricultores familiares passaram a adotar estratégias alternativas de comercialização, como vendas por meio de redes sociais, entregas domiciliares e comércio porta a porta. Conclui-se que a pandemia provocou uma desestruturação temporária desses canais de comercialização, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica da agricultura familiar diante de choques externos e a importância das feiras para a sustentabilidade econômica das famílias rurais.

Palavras-chave: Canais de comercialização; Agricultura familiar; Feiras; Pandemia de COVID-19; Mercados locais.

FREE MARKET AND AGROECOLOGICAL FAIR AS MARKETING CHANNELS FOR FAMILY FARMING IN SÃO MIGUEL–RN DURING THE COVID-19 PANDEMIC (2021–2022)

ABSTRACT: This article analyzes the impacts of the COVID-19 pandemic on two important marketing channels for family farming in the municipality of São Miguel, Rio Grande do Norte, Brazil: the street market (feira livre) and the agroecological market. The research adopted a qualitative and quantitative approach based on a literature review, analysis of secondary data, and field research conducted with vendors who commercialize family farming products in these markets. Structured questionnaires were applied, and photographic records of commercial activities were collected. The results indicate that the sanitary measures adopted to contain the spread of the virus significantly altered the operational dynamics of the

¹ Bacharela em Ciências Econômicas. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: vanessasoliveira@alu.uern.br.

² Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido. Professor do Departamento de Economia (DEC) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail: boanergesfilho@uern.br.

markets, directly affecting the commercialization of local agricultural production. A reduction in sales volume, losses of perishable products, a decrease in income generated by market activities, and a reduction in the workforce involved in production and commercialization processes were observed. In response to this scenario, family farmers adopted alternative marketing strategies, such as sales through social media, home delivery, and door-to-door sales. It is concluded that the pandemic caused a temporary disruption in these marketing channels, highlighting the socioeconomic vulnerability of family farming in the face of external shocks and the importance of local markets for the economic sustainability of rural households.

Keywords: Marketing channels; Family farming; Street markets; COVID-19 pandemic; Local markets.

FERIA LIBRE Y FERIA AGROECOLÓGICA COMO CANALES DE COMERCIALIZACIÓN DE LA AGRICULTURA FAMILIAR EN SÃO MIGUEL–RN DURANTE LA PANDEMIA DE COVID-19 (2021–2022)

RESUMEN: Este artículo analiza los impactos de la pandemia de COVID-19 sobre dos importantes canales de comercialización de la agricultura familiar en el municipio de São Miguel, Rio Grande do Norte, Brasil: la feria libre y la feria agroecológica. La investigación adoptó un enfoque cualitativo y cuantitativo basado en revisión bibliográfica, análisis de datos secundarios y trabajo de campo realizado con los feriantes que comercializan productos de la agricultura familiar en estos mercados. Se aplicaron cuestionarios estructurados y se realizaron registros fotográficos de las actividades comerciales. Los resultados indican que las medidas sanitarias adoptadas para contener la propagación del virus provocaron cambios significativos en la dinámica de funcionamiento de las ferias, afectando directamente la comercialización de la producción agrícola local. Se observó una reducción en el volumen de ventas, pérdidas de productos perecederos, disminución de los ingresos provenientes de la actividad comercial y reducción de la fuerza de trabajo involucrada en los procesos productivos y comerciales. Frente a este escenario, los agricultores familiares adoptaron estrategias alternativas de comercialización, como ventas a través de redes sociales, entregas a domicilio y ventas puerta a puerta. Se concluye que la pandemia provocó una desestructuración temporal de estos canales de comercialización, evidenciando la vulnerabilidad socioeconómica de la agricultura familiar frente a choques externos y la importancia de las ferias para la sostenibilidad económica de las familias rurales.

Palabras clave: Canales de comercialización; Agricultura familiar; Férias; Pandemia de COVID-19; Mercados locales.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar (AF) constitui um dos principais segmentos produtivos responsáveis pela oferta de alimentos e pela reprodução socioeconômica das populações rurais. Caracteriza-se pela predominância do trabalho familiar na gestão e na execução das atividades produtivas em unidades

agrícolas de pequena escala, cuja produção atende simultaneamente ao autoconsumo e à comercialização de excedentes (Wanderley, 1996).

Em escala global, estima-se que a AF seja responsável por aproximadamente 80% da produção de alimentos, desempenhando papel estratégico na segurança alimentar e na dinamização das economias locais (Organização para a Alimentação e Agricultura - FAO³, 2014).

No Brasil, a agricultura familiar apresenta elevada relevância socioeconômica, representando cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários, além de responder por parcelas expressivas da produção de diversos alimentos básicos, como mandioca, feijão, café e frutas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2006; 2017). Apesar dessa importância, o setor enfrenta importantes desafios estruturais, especialmente no que se refere às condições de acesso a mercados e à comercialização da produção. Nesse contexto, os canais de comercialização assumem papel central na reprodução econômica dos estabelecimentos familiares, incluindo modalidades como vendas diretas, intermediação comercial, mercados institucionais e circuitos curtos de comercialização (Schneider, 2016).

No Semiárido brasileiro, tais desafios tendem a ser ainda mais pronunciados em virtude de condicionantes estruturais, como a predominância de minifúndios, a recorrência de secas prolongadas e as limitações no acesso a políticas públicas, crédito rural e assistência técnica. Eventos recentes, como a pandemia de COVID-19, agravaram essas fragilidades ao afetar diretamente o funcionamento dos canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares, sobretudo aqueles baseados em mercados presenciais.

Entre esses canais, destacam-se as feiras livres e agroecológicas, que constituem importantes espaços de comercialização direta, promovendo a circulação de produtos frescos e regionais, além de favorecerem relações de proximidade e confiança entre produtores e consumidores. Esses mercados desempenham papel relevante na geração de renda, no escoamento da produção e na manutenção de práticas alimentares e culturais locais (Triches; Schneider, 2010).

³ Sigla de *Food and Agricultural Organization*.

O município de São Miguel, localizado na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, no estado do Rio Grande do Norte, apresentava população de 23.537 habitantes em 2022 (IBGE, 2025). Embora sua estrutura econômica seja fortemente marcada pela presença do setor público, o município possui significativa tradição agrícola, destacando-se regionalmente na produção de grãos e sementes (Projeto RN Sustentável, 2013). Nesse contexto, a agricultura familiar desempenha papel importante na dinâmica socioeconômica local, utilizando diferentes canais de comercialização, como vendas diretas, mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE), comércio porta a porta e feiras locais.

Contudo, a pandemia de COVID-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, resultou na adoção de diversas medidas sanitárias restritivas, incluindo o distanciamento social e a suspensão de atividades comerciais presenciais (Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde - OPAS/OMS, 2020; Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade - SBMFC, 2020). Em São Miguel-RN, tais medidas impactaram diretamente o funcionamento das feiras livres e agroecológicas, comprometendo importantes canais de comercialização da produção da agricultura familiar e afetando a geração de renda de produtores e feirantes.

Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre dois canais de comercialização da agricultura familiar no município de São Miguel-RN: a Feira Livre e a Feira Agroecológica.

Para tanto, adotou-se abordagem metodológica baseada em pesquisa abordagem qualitativa e quantitativa, baseada em levantamento bibliográfico, análise de dados secundários e pesquisa de campo com aplicação de questionários aos feirantes cadastrados, junto ao Poder Público municipal, nas duas feiras analisadas. Ao todo, foram entrevistados 17 feirantes, correspondendo a aproximadamente 45% do total de comerciantes ativos que comercializavam predominantemente produtos da agricultura familiar no período da pesquisa.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta introdução. A seção seguinte discute os principais canais de comercialização da agricultura familiar. Em seguida, analisa-se o papel das feiras como espaços de

comercialização e sociabilidade. A quarta seção aborda os impactos da pandemia de COVID-19 sobre esses mercados. Na quinta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa de campo. Por fim, apresentam-se às conclusões.

2. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A AF constitui uma categoria central da estrutura agrária brasileira e desempenha papel estratégico na produção de alimentos, na geração de emprego e na dinamização das economias locais. No plano normativo, a Lei n.º 11.326/2006 define como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que desenvolve atividades no meio rural em área de até quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão de obra familiar e obtendo renda vinculada ao próprio estabelecimento ou empreendimento familiar (Brasil, 2006).

Do ponto de vista socioeconômico, a agricultura familiar apresenta elevada relevância para a organização produtiva e para a ocupação social do espaço agrário. Segundo Maluf (2004), esse segmento contribui para a diversificação da produção alimentar, para a sustentabilidade dos sistemas produtivos e para a promoção da equidade social no meio rural. Uma de suas características estruturais reside na sobreposição entre propriedade e trabalho, uma vez que os próprios agricultores familiares detêm os meios de produção e participam diretamente das diferentes etapas do processo produtivo, incluindo produção, transformação e comercialização, o que pode reduzir custos e agregar valor aos produtos (Finatto; Salamoni, 2008).

No Brasil, a agricultura familiar possui forte expressão territorial e econômica. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários do país pertencem a agricultores familiares, totalizando cerca de 3,9 milhões de unidades⁴ produtivas (IBGE, 2017). Além disso, esse segmento responde por parcelas significativas da produção de diversos alimentos básicos, evidenciando sua

⁴ No estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, foram identificados mais de 50 mil estabelecimentos classificados como agricultura familiar (IBGE, 2017).

importância para a segurança alimentar e para o abastecimento interno (IBGE, 2017).

Apesar dessa relevância, o setor enfrenta desafios estruturais relacionados ao acesso a recursos produtivos, infraestrutura, assistência técnica e, sobretudo, aos mecanismos de comercialização da produção. Os canais de comercialização constituem, portanto, elementos fundamentais para a reprodução econômica dos estabelecimentos familiares, uma vez que viabilizam o escoamento da produção e a geração de renda no meio rural.

A literatura identifica diferentes formas de inserção da agricultura familiar nos mercados. Buenaventura, Sousa e López (2020) destacam a coexistência de dois tipos principais de canais: os canais longos de comercialização, caracterizados pela presença de intermediários e pela integração a cadeias agroindustriais, e os canais curtos, baseados em relações mais diretas entre produtores e consumidores. Enquanto os primeiros podem oferecer vantagens logísticas e acesso a mercados mais amplos, frequentemente implicam maior assimetria nas relações comerciais, com menor capacidade de negociação por parte dos agricultores (Hoffmann *et al.*, 1987).

Em contraste, os canais curtos⁵ de comercialização tendem a fortalecer a autonomia econômica dos produtores e a aproximar produção e consumo, favorecendo relações baseadas em confiança, proximidade territorial e reconhecimento social. Nesse sentido, Schneider (2016) propõe uma tipologia de mercados da agricultura familiar que abrange mercados de proximidade, mercados territoriais, mercados convencionais e mercados institucionais, cada qual caracterizado por diferentes formas de regulação, escalas espaciais e modalidades de troca.

Para além de sua dimensão estritamente econômica, os mercados também constituem espaços socialmente construídos, nos quais se estabelecem relações de sociabilidade, confiança e reconhecimento entre diferentes atores sociais (Agne; Waquil, 2011). Essa dimensão social torna-se particularmente relevante em cidades pequenas e médias, nas quais as interações entre produtores e consumidores ocorrem de forma recorrente e tendem a fortalecer vínculos comunitários.

⁵ Como feiras, vendas diretas e mercados locais.

Nesse contexto, as feiras livres e agroecológicas configuram-se como importantes espaços de comercialização da produção da agricultura familiar, especialmente em regiões onde os mercados formais apresentam maior grau de restrição ou concentração. De acordo com Model e Denardin (2014), a venda direta em feiras representa uma estratégia relevante de geração de renda e de permanência dos agricultores no meio rural, além de contribuir para o abastecimento alimentar das populações urbanas.

Diversos estudos apontam a diversidade de canais de comercialização utilizados pela agricultura familiar, incluindo feiras livres, vendas diretas, mercados institucionais, integração com cadeias agroindustriais e comercialização por meio de redes varejistas (Wilkinson, 2008; Santos; Ferreira; Santos, 2014; Defante *et al.*, 2014). Em particular, as vendas diretas⁶ constituem mecanismos relevantes para reduzir intermediações e ampliar a captura de valor pelos produtores (Possani, 2016).

Nesse sentido, os canais de comercialização desempenham papel central na reprodução socioeconômica da agricultura familiar, sobretudo em contextos territoriais caracterizados por limitações estruturais de mercado, como ocorre em diversas regiões do Semiárido brasileiro. Nesses espaços, as feiras livres e agroecológicas frequentemente assumem função estratégica como mecanismos de escoamento da produção e de geração periódica de renda para os agricultores familiares.

Mesmo diante de transformações estruturais recentes, a agricultura familiar permanece como componente fundamental da estrutura produtiva agrícola brasileira. Embora os dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 indiquem redução no número de estabelecimentos, na área ocupada e no pessoal empregado, o segmento continua representando cerca de 77% das unidades produtivas do país e respondendo por parcelas expressivas da produção de alimentos básicos, como mandioca, feijão e frutas (IBGE, 2006; 2017). Esses indicadores reforçam a relevância econômica e social da agricultura familiar para o abastecimento alimentar e para a organização territorial da produção agrícola no Brasil.

3 FEIRAS COMO CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA AF

⁶ Realizadas em feiras, na propriedade ou por entrega domiciliar.

As feiras livres constituem uma das formas mais tradicionais de comercialização de alimentos no Brasil, com origens que remontam ao período colonial. Desde então, consolidaram-se como espaços relevantes de abastecimento e de circulação de mercadorias, especialmente em povoados, vilas e cidades em formação. À medida que os núcleos urbanos se expandiram, essas feiras passaram a desempenhar papel estratégico na articulação entre produção rural e consumo urbano, viabilizando a comercialização de produtos agropecuários provenientes das áreas circunvizinhas, bem como de mercadorias oriundas de outras regiões e até do comércio internacional (Matos, 2012).

Nesse sentido, as feiras contribuíram historicamente para a formação e expansão urbana no país, configurando-se como importantes entrepostos comerciais e espaços estruturantes da dinâmica econômica local. Mesmo em núcleos urbanos de pequena escala, a existência de áreas destinadas à comercialização periódica de mercadorias evidencia a centralidade do comércio na organização territorial e na constituição das cidades brasileiras.

Além de sua função econômica, as feiras livres assumem relevante papel sociocultural. Apesar de, em determinados momentos históricos, terem sido consideradas formas comerciais pouco modernas por segmentos sociais mais elitizados⁷, esses mercados têm demonstrado notável capacidade de adaptação e permanência frente às transformações do sistema agroalimentar contemporâneo. Em muitos contextos territoriais, especialmente em cidades pequenas e médias, as feiras mantêm-se como importantes espaços de identidade cultural, sociabilidade e resistência às tendências de padronização impostas pelo sistema agroalimentar globalizado (Mascarenhas; Dolzani, 2008; Wilkinson, 2008; Pereira; Brito; Pereira, 2017).

Do ponto de vista econômico, as feiras livres configuram-se como canais relevantes de comercialização para a agricultura familiar, sobretudo por possibilitarem a venda direta entre produtores e consumidores. Essa modalidade de comercialização reduz intermediações, amplia a captura de valor pelos agricultores e assegura fluxos relativamente regulares de renda, frequentemente com periodicidade semanal (Wilkinson, 2008). Além disso, tais espaços favorecem a construção de relações de confiança e reciprocidade entre feirantes

⁷ Esses segmentos privilegiam canais convencionais de distribuição, como supermercados.

e consumidores, contribuindo para o fortalecimento de redes sociais locais e para a valorização de produtos regionais (Godoy; Dos Anjos, 2007).

Nesse contexto, as feiras podem ser compreendidas não apenas como espaços de troca econômica, mas também como arenas sociais complexas, caracterizadas pela interação entre múltiplos atores, pela diversidade de mercadorias e pela articulação de diferentes atividades produtivas e serviços associados, como transporte, fornecimento de insumos e comercialização de produtos complementares (Godoy; Dos Anjos, 2007). Essa dimensão relacional reforça o papel das feiras como ambientes de sociabilidade e de aprendizagem coletiva, nos quais se constroem vínculos duradouros entre produtores, comerciantes e consumidores (Medeiros; Marques, 2013).

No interior desse universo, as feiras agroecológicas constituem uma modalidade específica de mercado, associada à difusão de sistemas produtivos baseados nos princípios da agroecologia. Embora guardem semelhanças organizacionais com as feiras livres convencionais, distinguem-se principalmente pelas características dos produtos⁸ comercializados e pela presença predominante de agricultores familiares responsáveis diretamente pela venda de seus produtos (Fantuzzi, 2016).

A agroecologia, nesse sentido, constitui uma abordagem que integra dimensões ecológicas, sociais e econômicas da produção agrícola, enfatizando práticas produtivas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas (Lopes; Lopes, 2011). As feiras agroecológicas, portanto, representam espaços estratégicos de comercialização que aproximam produtores e consumidores e estimulam a circulação de alimentos saudáveis e de base local (Rover; Darolt, 2021).

Esses mercados frequentemente operam por meio de circuitos curtos de comercialização (CCC), caracterizados pela redução ou eliminação de intermediários e pela valorização de atributos territoriais, culturais e produtivos associados aos alimentos. Nesse modelo, o consumidor pode identificar a origem do produto, conhecer o produtor e compreender o sistema de produção, o que fortalece relações de confiança e transparência no processo de comercialização (Rover; Darolt, 2021).

⁸ Provenientes de sistemas de produção sem o uso de agrotóxicos ou insumos químicos sintéticos.

Assim, as feiras agroecológicas configuram-se como importantes espaços de integração da agricultura familiar aos mercados locais e regionais, contribuindo para a geração de renda, para a valorização de práticas produtivas sustentáveis e para o fortalecimento de vínculos entre produtores e consumidores (Silva; Macêdo, 2016; Schneider, 2021; Silva *et al.*, 2022). Apesar dessa relevância, diversos estudos apontam que tais mercados ainda carecem de maior reconhecimento institucional e de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de sua infraestrutura, divulgação e consolidação como estratégia de desenvolvimento rural sustentável (Lopes *et al.*, 2021).

Nesse contexto, tanto as feiras livres quanto as feiras agroecológicas desempenham papel significativo na comercialização da produção da agricultura familiar, contribuindo para o abastecimento alimentar, para a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis e para a construção de relações sociais baseadas na proximidade e na confiança. Contudo, por dependerem fortemente de interações presenciais entre produtores e consumidores, esses mercados tornaram-se particularmente vulneráveis às restrições impostas pela pandemia de COVID-19, que afetaram significativamente seu funcionamento e sua dinâmica econômica.

4 PANDEMIA DE COVID-19 E IMPACTOS NOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AF

A pandemia de COVID-19 teve início no final de 2019, após a identificação de um novo coronavírus em humanos na cidade de Wuhan, na China. Em razão da rápida disseminação global da doença, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia. Ainda no primeiro semestre de 2020, o vírus já havia se espalhado por todos os continentes, produzindo profundas transformações nas dinâmicas sociais, sanitárias e econômicas em escala global (OPAS/OMS, 2020; SBMFC, 2020).

No Brasil, as autoridades sanitárias adotaram protocolos alinhados às recomendações internacionais, incluindo medidas de distanciamento social, restrições à mobilidade e suspensão de atividades presenciais, com o objetivo de reduzir a velocidade de transmissão do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde (Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde - CNS/MS, 2020). Embora essenciais do ponto de vista epidemiológico, tais medidas produziram

impactos significativos sobre a atividade econômica e sobre o funcionamento das cadeias produtivas e de abastecimento.

De modo geral, a pandemia configurou não apenas uma crise sanitária, mas também uma crise econômica de escala global. As estratégias de contenção da disseminação do vírus implicaram a paralisação parcial ou total de diversos setores produtivos, afetando fluxos logísticos, padrões de consumo e relações de trabalho (Boone, 2020; Dourado; Bastos, 2021). Conforme observado por Claudino (2020), praticamente todos os segmentos da economia foram impactados em diferentes graus de intensidade, desde atividades primárias até os setores industriais e de serviços.

No setor agropecuário, os efeitos da pandemia manifestaram-se principalmente por meio de dificuldades no escoamento da produção, interrupções em cadeias de suprimento e redução da demanda em determinados mercados. Esses impactos foram particularmente expressivos em segmentos de produção de alimentos perecíveis, como hortifrutigranjeiros, cuja comercialização depende fortemente de mercados presenciais e circuitos curtos de comercialização (Ribeiro *et al.*, 2020).

A agricultura familiar mostrou-se especialmente vulnerável a esse contexto, em razão de limitações estruturais relacionadas à escala produtiva, à capacidade de armazenamento e ao acesso a mercados. O fechamento ou funcionamento parcial de estabelecimentos comerciais (como restaurantes, hotéis e serviços de alimentação em geral), aliado à suspensão temporária de feiras livres e agroecológicas em diversas localidades, comprometeu significativamente o escoamento da produção agrícola, resultando em perdas econômicas e desperdício de alimentos (Lima, 2021).

Além disso, as restrições logísticas e as barreiras sanitárias implementadas para conter a circulação do vírus também afetaram a distribuição de alimentos, contribuindo para oscilações nos preços de produtos básicos e ampliando riscos de insegurança alimentar, sobretudo entre populações socialmente mais vulneráveis (Lima, 2021). Mesmo sendo considerado setor essencial, o sistema agroalimentar não permaneceu imune aos efeitos da crise sanitária, enfrentando desafios relacionados tanto à produção quanto à comercialização de alimentos (Lucena; Holanda; Bomfim, 2020).

No que se refere à renda rural, evidências empíricas indicam impactos significativos sobre os agricultores familiares durante os primeiros meses da pandemia. De acordo com Del Grossi (2020), aproximadamente metade dos agricultores familiares brasileiros relatou redução de receitas em julho de 2020, com queda média de cerca de 35% na renda bruta mensal das famílias. Em algumas unidades da federação, como Amapá, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo, as reduções superaram 40%. Esses resultados evidenciam o elevado grau de vulnerabilidade econômica de parte significativa dos agricultores familiares diante de choques externos e reforçam a importância dos canais de comercialização para a estabilidade das atividades produtivas no meio rural.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura econômica do município de São Miguel-RN caracteriza-se por elevada dependência de transferências públicas e por um tecido produtivo pouco diversificado, no qual predominam atividades de pequena escala associadas ao comércio local⁹, prestação de serviços básicos, construção civil, microempreendimentos, pecuária e agricultura familiar. Nesse contexto, a produção agropecuária desempenha papel relevante na economia municipal, sobretudo por meio da agricultura familiar, que constitui a base predominante dos estabelecimentos rurais locais. Dados do último Censo Agropecuário indicam a existência de 1.767 estabelecimentos agropecuários no município, ocupando aproximadamente 5.972 hectares, com forte predominância de unidades produtivas familiares (IBGE, 2017).

A dinâmica comercial de São Miguel-RN articula-se ao papel regional exercido pelo município na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros, onde o comércio urbano e as feiras periódicas historicamente funcionam como espaços de integração econômica entre áreas rurais e urbanas. Nesse sistema de trocas, as feiras desempenham papel estratégico no abastecimento alimentar

⁹ O comércio local abrange tanto a população urbana quanto a rural do município e de municípios circunvizinhos. Caracteriza-se pela presença de pequenos negócios, pontos de venda em mercados públicos e feiras livres no centro da cidade, com funcionamento de segunda-feira a sábado, respondendo pelo atendimento da demanda por diversos produtos e serviços (Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA, 2008).

local e regional, reunindo produtores, comerciantes e consumidores provenientes tanto do município quanto de localidades vizinhas.

No caso específico de São Miguel-RN, as atividades comerciais associadas às feiras concentram-se no centro¹⁰ da cidade, especialmente na rua Rodrigues de Carvalho, onde coexistem a Feira Livre tradicional e a Feira Agroecológica (Figura 1).

Figura 1 - Localização das feiras em São Miguel-RN.



Fonte: Elaboração dos autores a partir de imagem capturada através do Google Maps (2022).

A proximidade espacial entre os dois espaços favorece a circulação de consumidores e a complementaridade entre os mercados, ampliando as possibilidades de escoamento da produção local (Figura 1).

A Feira Agroecológica, criada pouco tempo antes da pandemia de COVID-19 com apoio da Prefeitura Municipal, constitui um espaço de comercialização direta no qual agricultores familiares vendem produtos cultivados sem o uso de agrotóxicos.

A Pesquisa de Campo (2022) identificou grande diversidade de produtos comercializados nesse espaço, incluindo frutas, hortaliças, vegetais, alimentos processados artesanalmente e derivados agrícolas (Figura 2).

Figura 2 - Edição da Feira Agroecológica realizada durante o ano de 2022

¹⁰ Embora ainda exista o comércio realizado nas feiras tradicionais, especialmente de hortifrutigranjeiros e vestuário, tem-se a predominância de negócios, como: mercearias, lojas, mercadinhos e supermercados nos centros comerciais atuais.



Fonte: Acervo dos autores (2022).

Já a Feira Livre apresenta trajetória histórica mais longa, remontando ao período de formação do núcleo urbano do município (Figura 3). Nesse mercado, observa-se maior diversidade de agentes comerciais, incluindo agricultores familiares, pequenos comerciantes e intermediários responsáveis pela circulação de produtos provenientes tanto da produção local quanto de outras regiões.

Figura 3 - Edição da Feira Livre realizada durante o ano de 2022



Fonte: Acervo dos autores (2022).

A variedade de produtos ofertados nas duas feiras evidencia o papel desses mercados no abastecimento alimentar local (Quadro 1). Entre os principais itens comercializados destacam-se frutas, hortaliças, vegetais,

derivados da cana-de-açúcar, temperos, carnes, peixes, ovos e produtos artesanais, indicando a relevância da agricultura familiar para a diversificação da oferta alimentar no município.

Quadro 1 - Principais produtos comercializado frequentemente nas feiras

Frutas	Vegetais	Hortaliças	Carne, peixes e Laticínios	Outros Produtos
Abacate	Amendoim	Abóbora/Jerimum	Galináceos	Derivados de cana-de-açúcar
Abacaxi	Arroz	Alface	Manteiga	Temperos
Banana	Batata	Beterraba	Queijo	Ervas medicinais/chás
Goiaba	Cebola	Chuchu	Peixe	Tapiocas
Laranja	Tomate	Cenoura	Ovos	-
Limão	Feijão	Couve	-	-
Jaca	Milho verde	Pimenta	-	-
Mamão	Milho (em grão)	Pimentão	-	-
Manga	Mandioca/goma	Repolho	-	-
Maracujá	Farinha	Rúcula	-	-
Uva		Cheiro verde	-	-

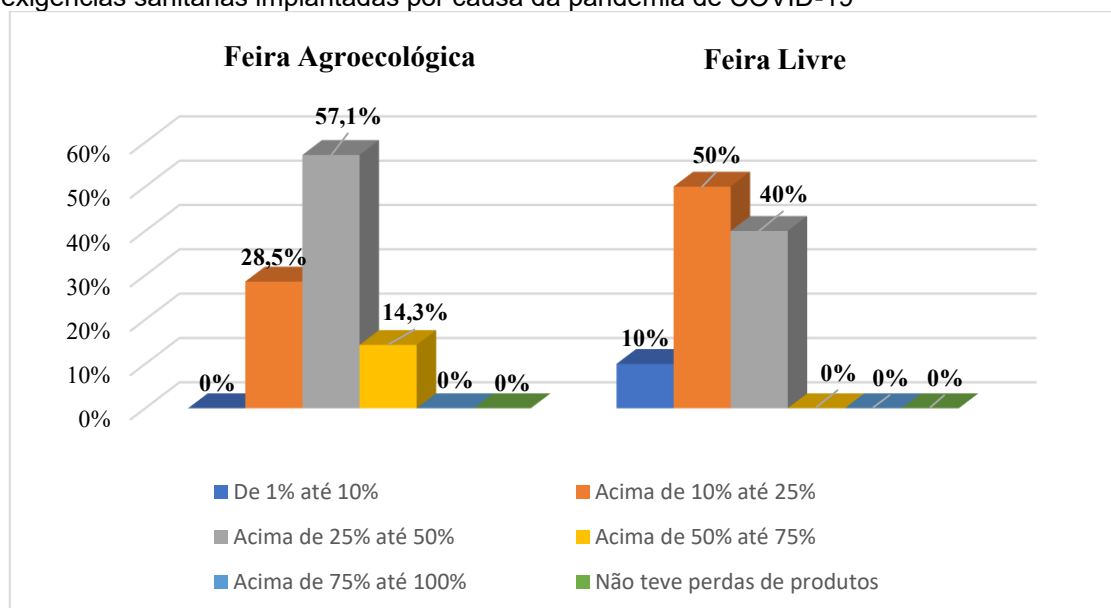
Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Do ponto de vista da origem da produção, verificou-se que na Feira Agroecológica a totalidade dos produtos comercializados é proveniente diretamente das unidades produtivas dos próprios feirantes, reforçando o caráter de circuito curto de comercialização. Em contraste, na Feira Livre observa-se maior heterogeneidade na origem dos produtos, incluindo itens adquiridos de agricultores familiares locais e de intermediários regionais, sobretudo produtores situados na área do entorno do Açude do Bonito, na zona rural do município (Pesquisa de Campo, 2022).

A análise da composição das receitas revela diferenças importantes entre os dois mercados. Na Feira Agroecológica, os legumes representam a principal fonte de faturamento para 43% dos feirantes, seguidos pelas hortaliças (28,5%), pelas frutas (14,3%) e outros (14,3%). Na Feira Livre, por sua vez, a maior parcela da receita está associada à comercialização de frutas (50%), seguida pelas hortaliças (30%) e pelos produtos de origem animal, como carnes e laticínios (10%). Esses dados sugerem que a feira agroecológica apresenta maior especialização na comercialização de produtos frescos de origem vegetal, enquanto a feira livre apresenta estrutura de oferta mais diversificada (Pesquisa de Campo, 2022).

A pandemia de COVID-19 provocou impactos significativos sobre o funcionamento desses mercados. As medidas sanitárias adotadas¹¹ para reduzir a circulação do vírus afetaram diretamente os canais de comercialização da agricultura familiar. Como consequência, verificaram-se perdas expressivas de produtos perecíveis, sobretudo frutas e hortaliças, cuja rápida deterioração dificultou o armazenamento e a comercialização, conforme apresentado nos Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Percentual estimado de perdas de produtos comercializados na feira a partir das exigências sanitárias implantadas por causa da pandemia de COVID-19



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

No caso da Feira Agroecológica, 28,5% relataram que as perdas de produtos ficaram em torno de 10% a 25%; 57,1% dos feirantes relataram perdas de produtos entre 25% e 50% da produção comercializada, enquanto 14,3% indicaram perdas ainda mais elevadas, entre 50% e 75%. Já na Feira Livre, as perdas foram relativamente menores, concentrando-se principalmente entre 10% e 25% para metade dos feirantes entrevistados, enquanto 40% responderam que foram de 25% a 50%.

Conforme levantamento de campo foi constatado que os produtos mais afetados foram as frutas, por amadurecerem em um curto espaço de tempos, e também as hortaliças, pelo fato de perecerem mais rapidamente. Pesquisa realizada por Furlaneto, Soares, Furlaneto (2020), em Marília-SP, apontou a

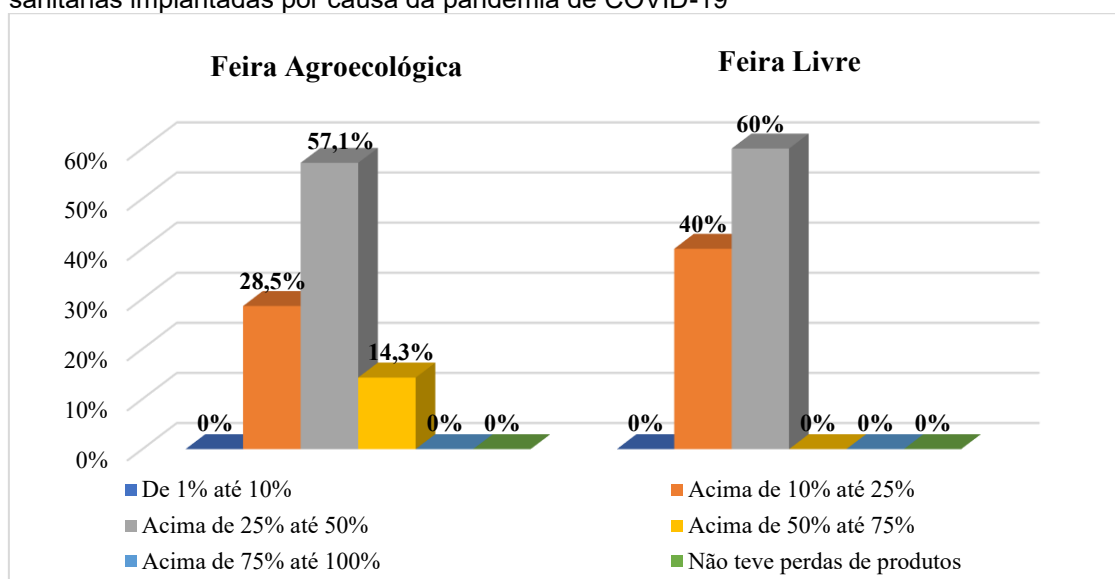
¹¹ Inclusive restrições à mobilidade e limitações ao funcionamento das atividades comerciais.

redução de vendas, no atacado e no varejo, de hortaliças e de frutas, bem como redução de 80% do fornecimento para o Poder Público.

Essas perdas repercutiram diretamente sobre a renda das famílias envolvidas na comercialização (Gráfico 2).

Na Feira Agroecológica, a maioria dos feirantes (57,1%) relatou redução da renda entre 25% e 50%, enquanto 14,3% indicaram perdas entre 50% e 75%. Na Feira Livre, por sua vez, 60% dos entrevistados relataram redução da renda entre 25% e 50%, indicando que os impactos econômicos¹² foram significativos em ambos os mercados.

Gráfico 2 - Percentual estimado de perdas de renda proveniente da feira a partir das exigências sanitárias implantadas por causa da pandemia de COVID-19



Fonte: Pesquisa de Campo (2022).

Em decorrência dos impactos negativos sobre a renda, buscou-se verificar a adoção de outras estratégias para enfrentamento das dificuldades. Na Feira Agroecológica, 85,7% dos pesquisados responderam que não exerceram outras atividades, e 14,3% responderam que buscaram outras fontes de renda e que conseguiram compensar eventuais perdas decorrentes da pandemia de COVID-19. Na Feira Livre, 70% buscaram outras atividades, porém informaram que as alternativas não compensaram as perdas de renda, outros 10% não

¹² Freitas, Barbosa, Soares (2020), realizou pesquisa em Corumbá-MS, apontou que a suspensão das feiras e de outras atividades foi essencial para diminuir a circulação do vírus, mas as restrições também afetaram as finanças dos feirantes pesquisados. Estudo realizado em Itabaiana-SE apontou que os agricultores familiares, que comercializavam os produtos na feira municipal, tiveram queda nas vendas e como consequência diminuíram a produção após o recrudescimento da pandemia de COVID-19 (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, 2020).

exerceram outras atividades e 20% indicaram que buscaram alternativas para obtenção de renda, mas que não conseguiram compensar totalmente as perdas provenientes da pandemia de COVID-19.

O Governo Federal instituiu o Auxílio Emergencial para mitigação de problemas relacionados à paralisação das atividades econômicas e produtivas. Considerando os dados dos pesquisados nas duas feiras, verificou-se que 53% obtiveram o benefício, 23,5% não conseguiram acesso e outros 23,5% informaram que obtiveram êxito apenas parcial (receberam pelo ou menos uma parcela e tiveram o benefício cancelado por algum motivo).

Com relação ao tempo de permanência dos feirantes, verificou-se que, na feira agroecológica os participantes informaram que a atuação como feirante era de até 3 (três) anos, ou seja, atuavam desde o início da estruturação da feira. Entre os feirantes da feira livre o tempo de atuação variou de 1 (um) ano até 15 (quinze) anos.

Quando indagados sobre as dificuldades para a comercialização de produtos a partir da pandemia de COVID-19 foram identificados os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Dificuldades para a comercialização após a pandemia de COVID-19

NÍVEL DE DIFICULDADE	FEIRA AGROECOLÓGICA (%)	FEIRA LIVRE (%)
BAIXO	42,8	40
ELEVADO	42,8	60
NENHUMA	14,3	-

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

Na Feira Agroecológica 42,8% dos pesquisados responderam que as dificuldades aumentaram, para mesmo percentual as dificuldades existiram, mas não foram muito intensas e 14,3% não observaram mudanças. Na Feira Livre, 60% responderam que enfrentaram mais dificuldades e 40% responderam que as dificuldades não foram muito intensas.

A Tabela 2 traz dados sobre a relevância da renda no orçamento familiar, proveniente do negócio realizado nas feiras, antes da pandemia de COVID-19.

Tabela 2 – Representatividade da renda proveniente do negócio nas feiras no orçamento familiar antes da pandemia de COVID-19

	FEIRA AGROECOLÓGICA (%)	FEIRA LIVRE (%)
ATÉ 25%	-	-
ACIMA DE 25% ATÉ 50%	28,5	20
ACIMA DE 50% ATÉ 75%	-	40

ACIMA DE 75% ATÉ 100%	71,5	40
------------------------------	------	----

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

A análise da importância da renda proveniente das feiras no orçamento familiar reforça a centralidade desses mercados para a reprodução econômica das unidades familiares. Antes da pandemia, 71,5% dos feirantes da Feira Agroecológica indicaram que a comercialização representava entre 75% e 100% da renda familiar. Na Feira Livre, esse percentual atingia 40%, evidenciando elevada dependência econômica dessas atividades, enquanto 40% responderam que era de 50% até 75%.

A Tabela 3 traz dados sobre a relevância da renda no orçamento familiar, proveniente do negócio realizado nas feiras, a partir da pandemia de COVID-19.

Tabela 3 – Representatividade da renda proveniente do negócio nas feiras no orçamento familiar a partir da pandemia de COVID-19

	FEIRA AGROECOLÓGICA (%)	FEIRA LIVRE (%)
ATÉ 25%	-	-
ACIMA DE 25% ATÉ 50%	42,85	40
ACIMA DE 50% ATÉ 75%	14,28	30
ACIMA DE 75% ATÉ 100%	42,85	30

Fonte: Pesquisa de campo (2022).

O comparativo de dados (Tabelas 2 e 3) provenientes das respostas dos feirantes da Feira Agroecológica e da Feira Livre mostram que o peso da renda no orçamento familiar proveniente do negócio diminuiu no estrato de 75% até 100% e aumentou no estrato de 25% até 50%. As evidências sugerem que a pandemia de COVID-19 diminuiu o peso da renda proveniente da feira no estrato que tinha maior dependência do negócio.

Foram prospectados dados sobre a força de trabalho atuante nas feiras antes e a partir da pandemia de COVID-19. Na Feira Agroecológica: 28,5% dos pesquisados indicaram a existência de dois ajudantes¹³; 14,3% informaram o envolvimento de três ajudantes e; 57,1% apontaram o envolvimento de quatro ajudantes antes da pandemia de COVID-19.

Os dados coletados sobre a força de trabalho a partir da pandemia de COVID-19 apontaram a redução do número de envolvidos nos processos. Na Feira Agroecológica: 85,7% dos pesquisados indicaram a redução e 14,3%

¹³ Foram considerados os familiares que participaram nos processos de produção e/ou vendas, com e sem remuneração.

informaram que o número de envolvidos nos processos de produção e vendas se manteve inalterado.

Na Feira Livre: 20% responderam que dois ajudantes; 20% informaram o envolvimento de três ajudantes; 50% apontaram o envolvimento de quatro ajudantes antes da pandemia de COVID-19 e; 10% informaram que não dispunham de ajudantes. Os dados coletados na Feira Livre também apontaram a redução do número de envolvidos nos processos a partir da pandemia de COVID-19: 90% dos pesquisados indicaram a redução e 10% informaram que o número de envolvidos nos processos de produção e vendas se manteve inalterado.

Nas duas feiras foram apontadas como causas mais importantes para a redução do número de ajudantes: as restrições impostas pelas autoridades para reduzir aglomerações, a existência de ajudantes dos grupos de riscos e a redução de produção e/ou vendas.

Além de ajudantes (membros da família) também foram levantados dados sobre o número de colaboradores¹⁴ remunerados nas feiras antes e a partir da pandemia de COVID-19. Na Feira Agroecológica: 42,8% dos pesquisados indicaram a existência de dois colaboradores; 42,8% dos pesquisados indicaram a existência de três colaboradores e; 14,3% responderam a existência de um colaborador remunerado antes da pandemia de COVID-19. Na Feira Livre: 30% responderam a existência de um colaborador remunerado e; 70% dos pesquisados indicaram a existência de dois colaboradores antes da pandemia de COVID-19.

Já a partir da pandemia, todos os pesquisados indicaram a redução do número de colaboradores remunerados e os fatores mencionados para a redução da força de trabalho foram: as restrições impostas pelas autoridades para reduzir aglomerações e o corte de custos.

Diante desse cenário adverso, os agricultores familiares buscaram estratégias alternativas para manter o escoamento da produção. Entre as principais estratégias identificadas destacam-se a utilização de redes sociais para divulgação de produtos, vendas por meio de aplicativos de mensagens, entregas domiciliares e comercialização porta a porta. A adoção dessas práticas

¹⁴ Foram considerados os contratados, com remuneração, que participaram nos processos de produção e/ou vendas.

evidencia processos de adaptação dos produtores locais diante das restrições impostas pela pandemia.

6 CONCLUSÕES

As feiras livres e agroecológicas constituem espaços fundamentais para a dinâmica socioeconômica das cidades pequenas, desempenhando funções que transcendem a mera comercialização de produtos. Além de contribuírem para o abastecimento alimentar e para a geração de renda no meio rural, esses mercados também operam como espaços de sociabilidade, de troca cultural e de fortalecimento das relações de proximidade entre produtores e consumidores.

O objetivo deste estudo consistiu em analisar os impactos da pandemia de COVID-19 sobre dois importantes canais de comercialização da agricultura familiar no município de São Miguel-RN: a Feira Livre e a Feira Agroecológica. Os resultados obtidos evidenciam que as medidas sanitárias adotadas para conter a disseminação do vírus provocaram mudanças significativas no funcionamento desses mercados, afetando diretamente a dinâmica produtiva e comercial dos agricultores familiares envolvidos.

Entre os principais efeitos observados destacam-se as perdas de produtos perecíveis, especialmente frutas e hortaliças, decorrentes da redução do fluxo de consumidores e das limitações impostas ao funcionamento das feiras. Como consequência, verificou-se redução expressiva do volume de vendas e diminuição da renda proveniente da comercialização, afetando diretamente o orçamento das famílias agricultoras que dependem desses mercados como principal fonte de sustento.

Os resultados também indicam impactos relevantes na organização do trabalho nas unidades produtivas e nas atividades comerciais. Observou-se redução no número de ajudantes familiares e de colaboradores remunerados, refletindo tanto as restrições sanitárias quanto a necessidade de ajuste de custos diante da queda nas receitas. Além disso, registrou-se deterioração na percepção dos feirantes quanto ao desempenho das vendas e aumento das dificuldades de comercialização durante o período pandêmico.

Apesar dessas adversidades, os agricultores familiares demonstraram capacidade de adaptação às novas condições impostas pela crise sanitária. Entre as estratégias adotadas destacam-se a utilização de redes sociais para

divulgação dos produtos, vendas por meio de aplicativos de mensagens, entregas domiciliares e comercialização porta a porta. Tais iniciativas evidenciam processos de reconfiguração dos canais de comercialização e indicam o potencial de incorporação de novas formas de interação entre produtores e consumidores.

Os resultados do estudo reforçam, portanto, a importância das feiras livres e agroecológicas como canais estratégicos de comercialização da agricultura familiar, particularmente em contextos territoriais caracterizados por menor diversificação econômica e por forte dependência de mercados locais. Ao mesmo tempo, evidenciam a vulnerabilidade desses mercados frente a choques externos, como crises sanitárias ou interrupções nas cadeias de abastecimento.

No que se refere às limitações da pesquisa, destaca-se o recorte espacial restrito ao município de São Miguel-RN e o número relativamente reduzido de feirantes participantes, o que limita a generalização dos resultados para outras realidades territoriais. Além disso, a análise baseou-se predominantemente em informações declaradas pelos pesquisados, podendo haver variações nas estimativas de perdas e de renda reportadas.

Diante dessas limitações, futuras pesquisas podem ampliar a escala de análise para outros municípios do Semiárido brasileiro, permitindo comparações regionais sobre os impactos da pandemia nos mercados da agricultura familiar. Também se mostram relevantes investigações voltadas à análise da resiliência dos circuitos curtos de comercialização, ao papel das tecnologias digitais na reorganização das estratégias de venda e às políticas públicas capazes de fortalecer a infraestrutura e a institucionalização das feiras como instrumentos de desenvolvimento rural e de segurança alimentar.

Por fim, os resultados deste estudo evidenciam que, embora profundamente afetadas pela pandemia de COVID-19, as feiras livres e agroecológicas permanecem como espaços centrais para a reprodução socioeconômica da agricultura familiar e para o abastecimento alimentar das populações locais, reafirmando sua importância no contexto das economias locais e regionais.

REFERÊNCIAS

AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **REDES**, v. 16, n. 1, p. 149-171, jan./abr. 2011.

BOONE, L. Tackling the fallout from COVID-19. *In*: BALDWIN, R.; DI MAURO, B. W. (Orgs.). **Economics in the Time of COVID-19**. Londres-ING: Centre for Economic Policy Research (CEPR), 2020. p. 37-44. Disponível em: <https://amseif.ir/wp-content/uploads/2020/05/Economics-in-the-Time-of-COVID-19-Richard-Baldwin-and-Others.pdf#page=44>. Acesso em 15 de jan. 2025.

BRASIL. **Lei n.º 11.326**, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF: Diário Oficial da União, dia 25/07/2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 15 de jan. 2025.

BUENAVENTURA, I. M.; SOUSA, R. P.; LÓPEZ, J. D. G. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 45, p. 123-150, out./dez., 2020.

CLAUDINO, L. S. D. Impactos dos primeiros meses de pandemia de COVID-19 para a agricultura familiar paraense e como a agroecologia pode apoiar a superação. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 40–54, 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE/MINISTÉRIO DA SAÚDE – CNS/MS. **Recomendação N.º 036**, de 11 de maio de 2020. Recomenda a implementação de medidas de distanciamento social mais restritivo (*lockdown*), nos municípios com ocorrência acelerada de novos casos de COVID-19 e com taxa de ocupação dos serviços atingido níveis críticos. Brasília-DF: CNS/MS, 2020. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1163-recomendac-a-o-n-036-de-11-de-maio-de-2020>. Acesso em: 22 set. 2024.

DEL GROSSI, M. Efeitos crise COVID: análise nacional e agricultura familiar. **Centro de Gestão da Agricultura Familiar e Inovação - CEGAFI/UnB**. Informativo julho. Brasília-DF: UnB, 2020.

DEFANTE, L. R.; *et al.* Canal de distribuição das hortaliças do assentamento Estrela do Sul. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 1, p. 200-213, 2014.

DOURADO, L. S.; BASTOS, P. P. Z. O impacto econômico das políticas de isolamento social frente à pandemia da COVID-19: Acompanhamento e resenha da produção acadêmica. *In*: XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP. **Anais...** Campinas-SP, 2021. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2021P17977A35734O331.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FANTUZZI, D. A importância da feiras agroecológicas para as cidades. **Revista Carta Maior**, 2016.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de Pelotas/RS. **Sociedade & Natureza**, v. 20, p. 199-217, 2008.

FREITAS, E. P.; BARBOSA, A. F.; SOARES, O. M. da S. O Impacto da Pandemia sobre as Feiras Livres: Caso Corumbá-MS. **Espaço e Tempo Midiáticos**, v. 3, n. 2, p. 12-12, 2020.

FURLANETO, F. P. B.; SOARES, A. A. V. L.; FURLANETO, L. B. COVID-19: impacto no mercado de hortaliças e frutas. **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 3-12, 2020.

GODOY, W. I.; DOS ANJOS, F. S. A importância das feiras livres ecológicas: um espaço de trocas e saberes da economia local. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 364-368, 2007.

HOFFMANN, R.; *et al.* **Administração da empresa agrícola**. São Paulo: Pioneira, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Canal @cidades**. Panorama municipal. São Miguel-RN. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em: 13 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto, dos municípios 2010-2018**. São Miguel-RN. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/sao-miguel.html>. Acesso em 29 ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE – IDEMA. **Perfil do seu Município**. São Miguel-RN, V.10 p. 1-22. Natal-RN: IDEMA, 2008. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/idema/DOC/DOC000000000013841.PDF>. Acesso em: 26 de ago. 2024.

LIMA, J. R. B. de. **Produção agrícola pernambucana frente à pandemia de covid-19: impactos e iniciativas na agricultura familiar**. 2021. 117 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade

Federal de Pernambuco (UFPE), Recife-PE: UFPE, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/40526>. Acesso em 22 jan. 2025.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. Sistemas de produção de base ecológica—a busca por um desenvolvimento rural sustentável. **REDD—Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 4, n. 1, 2011.

LOPES, A. S. *et al.* Produção e comercialização de produtos agroecológicos como geração de renda extra para agricultores familiares do município de Bananeiras-PB. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 2, p. 65, 2021. DOI: 10.51189/rema/1083.

LUCENA, C. C. de; HOLANDA, F. Z. F.; BOMFIM, M. A. D. Atuais e potenciais impactos do coronavírus (COVID-19) na caprinocultura e ovinocultura. **Boletim do Centro de Inteligência e Mercado de Caprinos e Ovinos**, n. 10, p. 1-6, 2020. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1121601/1/BoletimCIMn10.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2025.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 4, p. 72-87, 2008.

MATOS, B. E. de S. **O centro da periferia: um recorte espacial da feira livre do Pedregal**. Monografia (Curso de Licenciatura em Geografia). Departamento de Geografia. Instituto de Ciências. Universidade de Brasília (IH/GEA/UnB). 42 p. 2012. Brasília-DF: UnB, 2012. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/5184/1/2012_BeneditoErivaldodeSousaMatos.pdf. Acesso em: 02 mar. 2025.

MEDEIROS; M.; MARQUES F. C. Plantando ideias inovadoras, colhendo transformações na agricultura familiar: a produção de base ecológica e a construção social de mercados no sul do Rio Grande do Sul. *In*: CONTERATO, M. A. *et al.* (Orgs.). **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos**. Porto Alegre-RS: Via Sapiens, 2013, p. 114-132.

MODEL, P. A.; DENARDIN, V. F. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira-PR. *In*: Encontro Internacional sobre Gestão empresarial e meio ambiente, p. 1-15. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2014. Disponível em: <https://www.engema.org.br/XVIENGEMA/456.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE/ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OPAS/OMS. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Brasília-DF: OPAS/OMS, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 22 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Colocar os agricultores familiares em primeiro para erradicar a fome**. Brasília-DF: FAO-Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/news/story/pt/item/260821/icode/>. Acesso em: 22 set. 2024.

PEREIRA, V.; BRITO, T.; PEREIRA, S. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro/MG. **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, P. 67-78, 2017.

POSSANI, L. **Estratégias adotadas pelos agricultores familiares na escolha dos canais de comercialização no setor de frutas, legumes e verduras do município de Itaquí – RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). 88 p. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Centro de Ciências Rurais. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria-RS: UFSM, 2016. Disponível em: http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Formatada_Laura.pdf. Acesso em: 22 set. 2024.

PROJETO RN SUSTENTÁVEL. **Documentos do Projeto**. Natal-RN: Projeto RN Sustentável, 2013. Disponível em: <https://www.governocidadao.rn.gov.br/?pg=documentos&projeto=1&pag2=1>. Acesso em: 22 set. 2024.

RIBEIRO, F. J. da S. P.; *et al.* **Cenários para o comércio exterior brasileiro (2020-2021): estimativas dos impactos da crise da COVID-19**. Nota técnica n.º 17. Abr., Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9935>. Acesso em: 28 mar. 2025.

ROVER, O. J.; DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. *In*: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. [livro eletrônico]. – Florianópolis-SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 09-17. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, M. S.; FERREIRA, D. J.; SANTOS, R. L. A feira livre como alternativa de geração de renda para agricultura familiar no município de Santo Estevão/BA. *In*: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientais. **Anais...** São Paulo, set. 2014. Disponível em: https://silo.tips/queue/a-feira-livre-como-alternativa-de-geracao-de-renda-para-agricultura-familiar-no-m?&queue_id=-1&v=1683637857&u=MTq3LjE5LjZMi4xNDM=. Acesso em: 28 mar. 2025.

SCHNEIDER, S. Circuitos que apontam caminhos para sistemas alimentares mais sustentáveis e inclusivos. *In*: DAROLT, M. R.; ROVER, O. J. (Orgs.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. [livro eletrônico]. – Florianópolis/SC: Estúdio Semprelo, 2021. p. 09-17. Disponível em:

https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

SCHNEIDER, S. Mercados e Agricultura Familiar. *In*: MARQUES, F. C. *et al.* (Orgs.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2016, p. 93-140.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL (SENAR). **Feiras livres: Produtores apontam queda nas vendas por causa da pandemia do coronavírus**. Brasília-DF: SENAR, 2020. Disponível em: [https://cnabrazil.org.br/noticias/feiras-livres-produtores-apontam-queda-nas-vendas-por-causa-da-pandemia-do-coronavirus#:~:text=Feiras%20livres%3A%20Produtores%20apontam%20queda,e%20Pecu%C3%A1ria%20do%20Brasil%20\(CNA\)](https://cnabrazil.org.br/noticias/feiras-livres-produtores-apontam-queda-nas-vendas-por-causa-da-pandemia-do-coronavirus#:~:text=Feiras%20livres%3A%20Produtores%20apontam%20queda,e%20Pecu%C3%A1ria%20do%20Brasil%20(CNA)). Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, R. de O.; MACÊDO, H. C. de. Uma feira agroecológica em Campina Grande-PB: Alternativa para a agricultura familiar no semiárido paraibano. *In*: I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido (I CONIDIS). **Anais...** Campina Grande-PB, nov. 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2016/TRABALHO_EV064_MD1_SA3_ID1850_09102016151323.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025.

SILVA, T. E. S., *et al.* Desenvolvimento de estratégias de comercialização na agricultura familiar agroecológica em Gravatá-PE na pandemia da Covid-19. **Revista de Educação Popular**, v. 21, n. 1, p. 318-330, 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE (SBMFC). **COVID-19: Epidemiologia, virologia e prevenção**. Rio de Janeiro: SBMFC, 2020. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/covid-19-epidemiology-virology-and-prevention>. Acesso em: 28 abr. 2025.

TRICHES, R.; SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo a produção. **Saúde Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro**. 2. ed. Passo Fundo-RS: EDIUPF, 1996. p. 21-55.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: O novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre-RS: Editora UFRGS, 2008.

Submetido em 12/03/26.

Aprovado em 10/06/26.